

## NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA: BRIZOLETAS COMO BEM CULTURAL

*Carlos Evandro Schneider**Patrícia Kayser Vargas Mangan**Moisés Waismann***Universidade La Salle****Reminiscências**

O interesse pelo tema desta pesquisa parte da experiência de um dos autores que, durante um primário inteiro em uma brizoleta multisseriada, a vinte minutos a pé de sua casa, fizesse chuva ou sol, iniciou o gosto pelo estudo.

Naquela brizoleta, cinza com aberturas e detalhes em azul claro, típico das construções do Estado, com assoalho vermelho escuro a base de muita cera em pasta, em salas pintadas totalmente de “amarelo bebê”, haviam cortinas em um tergal bege as quais a mãe do referido autor projetou, costurou e estampou de acordo com suas competências e habilidades manuais.

Essa escola, em particular, foi uma das 1.045 Escolas primárias construídas em convênio com os municípios interessados no projeto. E havia muitas outras, nos mesmos moldes, pudera, eram pré-fabricadas e vinham com paredes inteiras a serem levantadas inclusive com os vidros nas janelas. Essa “Brizoleta” criada em 25 de janeiro de 1947 no município de Bom Retiro do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, na época ainda município de Taquari, fez parte da família do autor que estudou em 1989, depois da sua mãe ter frequentado ela em 1965, aproximadamente.

O sentimento de pertença à Escola é traduzido nas palavras do referido autor, quando descreve que, na 4ª série, era o único aluno da turma, e o mais velho e, portanto, o “mais responsável”. Deveria, por isso, ajudar a Professora nos trabalhos burocráticos e administrativos, tais como registro de livros da biblioteca, montagem de matrizes para cópia no mimeógrafo e coisas do gênero. Toda esta trajetória, aparentemente sofrida, é lembrado de forma saudosa, fez com que o senso de pertencimento com o local, torna o autor possuidor daquele lugar. Não dono único, mas um dentre as centenas de donos que passaram por aquele espaço e se “adonaram” daquele prédio tomando-o como referência da trajetória de uma fase da vida em que os alunos eram responsáveis pelo corte da grama, pela poda das árvores de uva japonesa e pela manutenção da horta.

Este sentimento de posse, pode ser entendido devido ao fato da brizoleta ter se tornado um bem cultural material para aquele grupo, pois possui um valor que remete às memórias e experiências únicas e coletivas vivenciadas por aquelas pessoas. (COLOMBO, 2017).

Esta Brizoleta é um espaço de memória, assim como tantas outras Brizoletas foram o lugar para tantas outras crianças, por todos os municípios que compõem o estado, pois, as memórias coletivas estão contempladas entre os aspectos material, simbólico e funcional. Têm a materialidade de um lugar de referência para o grupo e de manter e difundir as memórias e, ao mesmo tempo, são as expressões de nossa convivialidade em nossas memórias autobiográficas (BLANK, 2017).

Todas estas são memórias autobiográficas, são recortes e elementos de uma história de vida. A memória autobiográfica se apoia na memória histórica, pois,

[...] toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso (HALBWACHS, 1990, p. 55).



Há um certo sentimento de orgulho naqueles que fizeram parte de um dos maiores planos educacionais da América Latina, o Serviço de Expressão e Descentralização do Ensino Primário (SEDEP) instituído pelo governo de Leonel de Moura Brizola (daí Brizoleta) durante seu governo Estadual que previa “Nenhuma criança sem Escola no Rio Grande do Sul”, de 1959 até 1963, durante o qual foram construídas 6.302 Escolas (4.508 ou 1.045)<sup>23</sup> como uma forma de combater o analfabetismo, que a nível nacional chegava a 67%.

As brizoletas foram um avanço imensurável, uma proposta de longo prazo, uma demonstração de preocupação para o desenvolvimento social de todo um Estado. Foram criadas nos locais mais diversos possíveis, com ajuda direta das comunidades nas quais foram inseridas. Provavelmente, este envolvimento obrigatório de quem queria uma Escola para os seus filhos, também criou um laço de pertencimento da comunidade com a Escola, até porque foram edificadas, em muitos casos, em lugares que não tinham nenhum ponto de referência comunitária, como igreja ou salão comunitário, por exemplo. Como por exemplo, na unidade edificada, da qual o autor se refere, os luteranos utilizavam-se da brizoleta por não possuírem um local para as celebrações dos cultos; também havia as reuniões de formação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na Escola; e as mães dos alunos integravam o Clube de Mães Flor de Maio.

As memórias que vêm à tona são compostas de fragmentos, que linkadas a fragmentos de outras pessoas vão se constituindo numa sequência lógica, formando uma história inteira que faz parte de uma memória coletiva composta por todos e todas que tiveram relação com aquele local. A brizoleta de referência, é o ponto de convergência que estabeleceu o elo das memórias coletivas da Barra do Silva Jorge, localidade onde ela está construída, criando um local significativo para muitos que preencheram seu tempo com várias histórias de vida utilizando-se daquela referência.

Estas Escolas, portanto, constituem-se em bens culturais, pois referenciam a história de um grupo social e são entendidos como obras de relevante interesse histórico e são uma marca com valor de civilização (ALEXANDRINO, 2011), no sentido que se refere a construção do legado educacional de uma época.

A história de tantas outras Brizoletas foi contada no livro “Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas”, de Claudemir de Quadros, e é, praticamente, um registro histórico de uma memória que demonstra que a união faz a força. “[...] a memória é um fenômeno individual e psicológico que se liga também à vida social.” (PACHECO, 2017, p. 195).

Entende-se que, bem é tudo aquilo que temos à nossa disposição, e que patrimônio é o que produzimos a partir dos bens. Daí deriva-se a dúvida do que é um bem cultural. “As exigências contemporâneas fizeram com que se ampliasse a designação “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural”, levando-se em consideração toda a produção humana como bem cultural.” (ARARIPE, 2004, p. 119). A partir desse excerto, nos encaminhamos para a definição de bem cultural, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 216, Seção II – Da Cultura, que também é citada por Araripe (2004),

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

23 Estes dados são diferentes em diferentes fontes. Claudemir de Quadros, parece ser o mais exato, entretanto, os próprios vídeos institucionais do Governo do Estado à época, Leonel de Moura Brizola, são controversos.



Na sequência é feito um contraponto sobre a degradação destes espaços, enquanto estruturas físicas, e como estas decisões podem ser tomadas.

## Esquecimentos

Em cada momento da evolução social humana, as nações vão definindo quem deve estar na Escola, ou seja, com que idade as crianças devem iniciar a frequentar a Escola e até com que idade devem permanecer nela. Esta é uma das dimensões que são inerentes ao processo educativo no que tange à gestão de um sistema de ensino, garantir o acesso à Escola.

Como foi apontado, em uma época onde o analfabetismo atingia a quase três quartos da população, a construção de salas de aula era uma necessidade muito grande. Deriva daí a política pública implementada pelo Governo Brizola, também há um certo ufanismo nesta história, mas é importante salientar a relação estabelecida entre desenvolvimento e Educação, tão defendida por muitos, mas ainda pouco praticada.

O memorial, que ilustra a introdução do trabalho, traz a tona uma discussão acerca de um assunto muito importante, que atinge a zona rural de uma parcela muito grande de nossos municípios, em todo o país.

Hoje, muitas brizoletas já não existem mais, ou por extinção pela desativação da escola, ou por modificação arquitetônica ou por demolição e construção de um prédio mais moderno ou maior. Isto poderia querer dizer que, na verdade, elas não constituíam um bem cultural, pois, embora tenham marcado pessoas e grupos sociais, tais como pequenas comunidades e até municípios, elas não foram, de forma coletiva, escolhidas para a preservação (GUEDES; MAIO, 2016). No entanto, é preciso ponderar que elas foram construídas tendo forte identificação com um político, portanto, o “esquecimento” ou falta de interesse em sua preservação pode ser um movimento intencional. Assim, se estas Escolas, hoje, são lembranças daqueles que por elas passaram, mesmo que até tenham interferido na identidade local, não parece ter havido quaisquer movimentos mais significativos visando a preservação desses prédios enquanto patrimônio edificado.

A manutenção destes espaços é um assunto muito complexo, pois, refere-se diretamente à questão orçamentária e econômica do Estado. As comunidades rurais estão aos poucos diminuindo frente ao aumento dos centros urbanos, potencializado pelo êxodo rural e pela diminuição da taxa de natalidade no estado. Assim, é natural sua perda de função original, seja porque essas escolas estivessem em locais que não tinham mais demanda escolar, ou seja porque ao contrário passaram a ter uma demanda por uma infraestrutura maior e mais contemporânea.

Enfim, as Escolas do interior, como são chamadas, vão sendo relegadas ao esquecimento, pois, quando o número de alunos diminui, torna-se muito difícil mantê-la em funcionamento, descartando-se (não necessariamente de forma intencional) todo o conteúdo cultural intrínseco à edificação. Quando o prédio degrada por falta de uso e manutenção, há uma comoção da comunidade, pela lembrança e sentimentos que aquela estrutura suscita, mas nem sempre isso é suficiente para manter a Escola em funcionamento, ou pelo menos, de pé.

Talvez, as palavras de Braga (2009) se apliquem aqui, quando ele fala sobre a necessidade de ampliar o conceito de bem cultural e, a partir daí, construir formas de preservação que sejam condizentes com a identidade local, quando esta assim a necessitar.

## Considerações finais

O texto buscou fazer um contraponto entre a intenção de se manter prédios escolares da década de 1960 como bens culturais que remontam uma história e cultura de um determinado lugar, e a falta de recursos financeiros e até pela própria perda da necessidade destes prédios nos locais onde foram construídos originalmente.



Entretanto, há uma disputa inerente a estas circunstâncias, e assim podemos inferir que

reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservação e destruição (CHAGAS apud SOARES; REMPEL, 2010, p. 84s).

Desta forma, é muito importante que seja proporcionado melhor qualificação à população, de uma forma geral, como postula o Plano Nacional de Cultura.

A questão de manter ou não um prédio que está desocupado, ou sem uma função definida é uma decisão difícil, pois, além das questões administrativas, envolve também o entendimento da comunidade do que está envolvido nestas discussões e quem pode, ou deve, discutir sobre o assunto.

Assim sendo, é importante que a tomada desta decisão seja feita de forma participativa e compartilhada entre gestores e comunidade para que cause o mínimo de impacto, financeiro se manter o funcionamento, cultural, se encerradas todas as atividades na Escola.

## Referências

- ALEXANDRINO, J. A. M. O conceito de bem cultural. In: GOMES, C. A.; RAMOS, J. L. B. **Direito da Cultura e do Patrimônio Cultural**. Lisboa: AAFDL, 2011. p. 223-244. Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ARARIPE, F. M. A. **Do patrimônio cultural e seus significados**. Transinformação. Campinas: PUC, 2004. p. 111- 122. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/01.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BLANK, V. A. Memória e tempo. In: BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 150-151.
- BRAGA, R. O bem cultural na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 33-36, 2009. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252009000300013&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal nº 1, de 05 de outubro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC) / Ministério da Cultura**. Secretaria da Diversidade Cultural. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <[http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/01/EBOOK\\_PNC\\_28\\_01\\_19\\_final.pdf](http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/01/EBOOK_PNC_28_01_19_final.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2020.
- COLOMBO, N. C. T. de J. Bens culturais materiais. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 31-32.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.



PACHECO, M. R. P. Memória e tempo. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K.V. (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 195-197.

PICILONE\_. **Realizações do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul – 1962**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5dxsx4EmIEk>>. Acesso em: 08 out. 2020.

QUADROS, C. de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na Educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan/jun 2001. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23870>>. Acesso em: 19 aug. 2020.

QUADROS, C. de. **Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas**. Santa Maria: Unifra, 2005. 120p.

SOARES, A. L. R.; REMPEL, A. H. Alguns conceitos necessários para as ações de Educação Patrimonial. In.: KLAMT, S. C.; SOARES, A. L. R. (Orgs.). **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, 203 p., p. 77-96.

TIJOLOG. **Brizola - Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4pYZJcdkj1k>>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNIVIU. **Documentário Brizoletas Nenhuma Criança sem Escola**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vB7w9qTSEGo>>. Acesso em: 08 out. 2020.

